

A CATÁSTROFE DE 25 DE NOVEMBRO É UM GRITO DE ACUSAÇÃO CONTRA O GOVERNO FASCISTA E A SUA POLÍTICA DE MISÉRIA

Quinhentos mortos, povoações inteiras arrasadas, haveres e gados levados pelas cheias, milhares de operários e camponeses sem abrigo, campos devastados e culturas destruídas, localidades sem pão, sem água e sem luz, milhares de trabalhadores desempregados.

Salazar não teve sequer uma palavra para as vítimas da catástrofe

Acusamos o governo fascista deste novo crime

As inundações que na noite de 25 de Novembro assolaram a região de Lisboa, provocando a morte e a destruição numa vasta área, não teriam originado semelhante tragédia se o governo se tivesse preocupado em resolver o problema da habitação para os trabalhadores, se tivesse cuidado da regulamentação dos rios e da defesa das populações ribeirinhas, se tivesse tomado as medidas de emergência que as circunstâncias impunham.

O silêncio manifestado por Salazar no seu discurso de 30 de Novembro, quando uma catástrofe nacional enluta o país e a dor atormenta milhares de portugueses, não é apenas uma ex-

pressão de desprezo do ditador pelo povo. É uma expressão do alheamento dos governantes fascistas pelos sofrimentos do povo, é uma prova da política social do fascismo, que vota à indiferença as mais legítimas aspirações populares, incluindo as que se referem à construção de moradias, à existência de um lar condigno.

Salazar, que decretou luto nacional pela morte de Hitler permaneceu surdo à opinião pública e a alguns órgãos da imprensa diária, que manifestaram a ideia de que fosse decretado luto nacional, perante a tragédia que roubou a vida a cerca de 500 portugueses.

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO GOVERNO RESPONSÁVEL PELA TRAGÉDIA

Porque não foram destruídos pelas chuvas diluvianas os bairros residenciais de Lisboa, mas sim os bairros da Urmeira, Olival Basto, Pombais da Pontinha, Quinta do Silvado, Odivelas e outros?

Porque nestes bairros se acumulavam milhares de trabalhadores sem possibilidades económicas para pagar elevadas rendas e que se viram forçados a construir as suas pobres barracas de lata ou a viver nas miseráveis habitações que a Câmara Municipal de Lisboa lhes oferecia, a troco de aluguéis de 150\$00, 200\$00 e 300\$00.

Os bairros arrasados encontravam-se situados em zonas baixas, circundadas de colinas, facilmente inundáveis, contruídos de tábuas e latas, que a chuva

diluviana arrastou como frágeis barcos sem leme. Várias casas destruídas mostraram a fragilidade da sua construção, pondo à prova a responsabilidade das autoridades fascistas neste domínio.

O bairro da Urmeira fora mandado construir pelo ex-governador civil de Lisboa, Mário Madeira e não oferecia o mínimo de condições de habitabilidade, mas deles cobravam receitas as Juntas de Freguesia da capital.

O balanço trágico das inundações comprova quanta razão assiste e quanta verdade encerra a análise feita no Programa do Partido Comunista Português sobre a política de habitação do governo fascista.

Quanto gasta o governo com

a construção de moradias?

Durante o ano de 1965 o governo despendeu a mísera quantia de 992 contos. Nos últimos 21 anos, as despesas com a habitação alcançaram, apenas, a

média anual de 2.126 contos, tendo baixado para metade em 1965.

Uma tal política é responsável pela tragédia que enluta milhares de famílias, que destruiu milhares de lares.

O ASSOREAMENTO E A FALTA DE DIQUES PROVOCARAM AS INUNDAÇÕES

A torrente caudalosa que destruiu a aldeia de Quintas, que inundou Arruda dos Vinhos, Alenquer, Vila Franca, Alhandra, Alverca, Sacavém, Loures, que provocou a morte de mais de 300 pessoas, que destruiu campos de cultura, levou gado e outros haveres, veio do Tejo caudaloso e dos seus afluentes, que galgaram os valados que os marginam e arrastaram na sua fúria destruidora centenas de vidas humanas.

Anualmente a região do Ribatejo é flagelada pelas cheias, que causam enormes prejuízos.

Desde há muito que se clama contra o assoreamento dos rios, contra a falta de diques. Desde há muito que se protesta contra os fenómenos de erosão, contra os graves prejuízos provocados pelas cheias do Tejo e seus afluentes, do Mondego, do Douro e

outros rios.

O governo permanece mudo às reclamações das populações ribeirinhas, cuja defesa é precária, aos avisos dos homens mais lúcidos, que se não têm cansado de denunciar os perigos. O governo permanece insensível aos clamores dos camponeses arruinados pelas cheias.

Não é na fúria dos elementos que devemos buscar as causas da noite sinistra de Novembro. Há política de governo fascista.

Seiscentos mil contos gastos este ano com a base de Beja, para serviço dos alemães. Duzentos e cinquenta e sete mil contos com as despesas da NATO. Cerca de 7 milhões de contos com a guerra colonial e a repressão. Nem a mais pequena verba para a regularização das águas do Tejo.

O ESPECTRO DA POLÍTICA DE GUERRA AGRAVOU OS EFEITOS DA TRAGÉDIA

Em toda a área de Linda-a-Velha, Amadora, Algés, Pedrouços, Caselas, Caxias, Carnaxide, Restelo, Paço d'Arcos, os desmanchos da tempestade foram acrescentados pelos efeitos destruidores das explosões dos paiais do Forte do Carrascal. Dezenas

de pessoas feridas, casas destruídas e abandonadas em plena noite, milhares de pessoas rasgando na lama sob a inclemência do temporal, sem abrigo, sem protecção, sem destino, levando consigo as crianças que tiravam de susto e de frio, tal foi o



sumário deste ambiente de tragédia na madrugada de 23 de Novembro.

Este drama pungente não poderia ter sido evitado?

Sim, se o governo fascista não mostrasse, mais uma vez, a sua revoltante indiferença pela vida e os sofrimentos do povo, se não mantivesse a umas escassas centenas de metros de uma zona densamente povoada, depósitos de material de guerra.

Os perigos de novas explosões subsistem nas zonas de Barcelos, Ameixoeira, Moscavide, Amora, Ouros onde o governo fascista mantém fábricas de explosivos ou depósitos de material de guerra engravados nos pró-

prios centros populacionais.

Esses perigos tomam um aspecto de maior gravidade na Margem Sul do Tejo e em particular na península de Setúbal onde existem depósitos de material de guerra da NATO, incluindo bombas atómicas, segundo tudo leva a crer.

A base aérea de Beja constitui uma grave ameaça para a população da cidade e para o povo alentejano, pois serve de base de treino aos aviões supersónicos Starfighters, que têm originado dezenas de acidentes mortais na Alemanha e provocam destruições de casas, à sua passagem.

CRIMINOSOS RESULTADOS DA INDIFERENÇA, DA INCAPACIDADE E INCÚRIA DO GOVERNO

O que fez o governo nas horas que durou o temporal? Nas horas em que morriam sob a torrente de água e de lama homens, mulheres e crianças?

Deu sobejas provas de incapacidade de indiferença e de incúria. Deu provas mais do que suficientes para ser dimitido e julgado pelas mortes que provocou.

Os meios de informação — a rádio, TV, telégrafo, telefones — não actuaram para alertar as populações sobre os perigos que corriam para põ-las a salvo. Não actuaram para avisar os transeuntes desprevenidos, que nas ruas ou nas estradas se dirigiam para suas casas. O mesmo se passou com as forças repressivas — P.S.P., G.N.R., P.V.T., Leção — rápidas na repressão contra o povo, inaptas na defesa das suas vidas.

Para que serviram os helicópteros estacionados na base de Tancos? Aos apelos do Batalhão de Sapadores Bombeiros, dirigidos ao Comando Militar de Lisboa, os helicópteros foram mantidos plácidamente sobre as pistas, incapacitados de servir em plena noite para tarefas de salvamento. Só no dia seguinte, pelas 11.30 da manhã, voaram três helicópteros sobre a zona martirizada de Odivejas, onde bombeiros, marinheiros, soldados e 700 homens do povo, ligados por laços de solidariedade e de amargura, tomados pela grandeza da catástrofe, procediam à remoção

dos cadáveres e ao salvamento de vidas. E os referidos helicópteros desapareceram minutos depois, sem terem tido qualquer acção.

O volume dos danos e das perdas de vidas foi acrescido ainda pela ineficácia dos colectores que em Lisboa e várias outras localidades do Ribatejo, originaram a subida das águas.

Podemos perguntar: Ignorava porventura o governo a insuficiência e estado da rede de esgotos na cidade de Lisboa, onde desde há muito existem zonas mártires de inundações?

Não sabia o governo que essas zonas se alagam quando de chuvas normais? Não tem sido ele continuamente alertado para este facto? Entretanto nenhuma medida tomou.

Na noite de tragédia, os serviços de assistência provaram de quanta mentira, de quanta hipocrisia, de quanta falta de escrúpulos, de quanta improvisação e incompetência é feita a política fascista neste domínio. Não se trata da incompetência ou falta de desvelo do pessoal clínico e de enfermagem, do pessoal da assistência. Trata-se da carência de meios para salvar vidas, para contrabater os perigos, para socorrer doentes, feridos, inválidos, crianças, mulheres e velhos, perdidos na noite de chuva e de frio, carecentes de tratamento, de abrigo e de amparo.

SÃO HIPÓCRITAS E ATRABILHARIAS AS MEDIDAS DO GOVERNO FASCISTA

O que fez o governo depois da tragédia? O que pensa fazer? Passou a incapacidade do presidente da República pelas áreas devastadas. Enviou ali alguns dos seus ministros. Mobilizou os seus cães de fila, os esbirros policiais, para silenciarem nas zonas atin-

gidas as vozes de protesto, para esmagarem a luta do povo. Expressou a sua fria indiferença na palavra autorizada de Salazar. Nomeou fascistas empedernidos e senhoras da alta roda para as tarefas de assistência, isto é, para a recolha de donativos e para

a sua distribuição. Tentou afastar milhares de mulheres e homens, de estudantes e operários que se apresentaram para prestar o seu auxílio. Montou serviços de repressão contra o povo em vez de montar serviços hospitalares para os sinistrados. Falta médicos, enfermeiras, medicamentos. Falta pão e falta água. Falta abrigo para milhares de desalojados.

Para prover às medidas imediatas, o governo continua a socorrer-se da caridade pública, como vem sendo hábito para a solução de graves problemas nacionais em que se incluem os da assistência e da saúde. Os gastos do governo no auxílio aos sinistrados baseiam-se sobretudo na recolha de donativos, no amplo movimento de solidariedade que à escala do país e do mundo a tragédia provocou. Nem uma única verba especial do Orçamento, nem uma única medida séria, meditada e oportuna para debelar rapidamente as mais prassionantes necessidades.

Foi publicada a Lei de Meios, em que se propõem as receitas e despesas do Estado fascista para o próximo ano. A actividade financeira do governo continua a orientar-se no sentido da guerra colonial, da repressão, da protecção aos monopólios. Nem a mais ligeira alusão a qualquer medida extraordinária, a qualquer verba especial destinada a financiar um presumível plano de recons-

trução e de auxílio às áreas devastadas.

Segundo comunicado oficial, publicado na imprensa diária de 30 de Novembro, o governo fez face às despesas ditadas pela catástrofe com as verbas normais dos respectivos ministérios. E todos sabemos como são escassas, discutidas e mal aplicadas semelhantes verbas!

Ainda por determinação do governo, a Caixa Geral de Depósitos foi autorizada a conceder empréstimos aos municípios das regiões devastadas nas condições mais favoráveis de juro e amortização.

Esse empréstimo atinge a ridícula soma de 70.000 contos que reentrarão nos cofres das Câmaras Municipais, pagos pelo povo, sob a forma de novas taxas, de novas alcavalas, de novos impostos. O ministério das Corporações determinou, como medida principal da sua actuação, que as instituições de Previdência a que pertencem beneficiários e familiares sinistrados deverão actuar com a maior rapidez, no sentido de serem concedidos os benefícios regulamentares a que houver lugar, designadamente subsídios por morte e funeral, simplificando o mais possível a organização dos respectivos processos.

Esta é a linguagem e estas são as medidas dos homens que em Portugal ocupam as cadeiras do poder.

UM APELO À LUTA E À UNIDADE

Chamamos a classe operária, os camponeses, as massas populares de todo o país e em particular das regiões atingidas, a organizarem e intensificarem a luta pela solução imediata dos gritantes problemas criados pela catástrofe.

— Alojamento, vestuário, alimentação, assistência médica para os milhares de habitantes das zonas flageladas.

— Protecção imediata e eficaz aos orfãos, aos velhos, às famílias que perderam as pessoas que proviam ao seu sustento.

— Verbas de urgência, gratuitas e suficientes, por parte do governo, destinadas à construção de moradias, em locais convenientes e em condições de segurança e de higiene.

— Subsídio aos operários e outros trabalhadores, sujeitos ao desemprego por encerramento forçado de empresas, a prover pelo governo e os capitalistas.

— Construção de diques, desassoreamento e regulamentação dos rios de modo a pôr ao abrigo das cheias as populações ribeirinhas.

— Subsídios gratuitos aos camponeses que viram os seus campos inundados, as culturas destruídas e o gado arrastado pelas

cheias, para compra de alfaias agrícolas, animais, sementes, reconstrução de moradias e recomeço da sua actividade normal.

Chamamos a classe operária, os camponeses, a juventude, as massas populares a intensificarem os actos de solidariedade às vítimas da recente tragédia, acompanhando e apoiando estas nas diligências e acções de protesto, para que sejam rapidamente satisfeitas as suas reivindicações, para que seja o Estado a pagar os desmandos e prejuízos da sua própria política.

Chamamos os democratas à unidade de acção em todo o país, e em particular nas zonas martirizadas, para reforçarmos o movimento de apoio aos habitantes dessas zonas e em estreita ligação com eles lutarmos, numa só frente, pela solução dos seus mais urgentes problemas.

A gravidade da situação impõe uma firme actuação das forças democráticas na organização, mobilização e direcção das massas populares na luta contra a política fascista, para que possamos abrir novos caminhos à luta popular e democrática, para que possamos varrer o governo de Salazar.

